



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Gerência de Compras, Logística e Patrimônio - Coordenação de Compras**

Versão v.30.11.2020.

Processo SEI nº 2350.01.0002952/2021-44

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2351230 02/2021**  
**PROCESSO DE COMPRA Nº 2351230 02/2021**

**Fornecimento de Bens com entrega imediata**  
**Critério de Julgamento: menor preço**  
**Modo de disputa: Aberto**

*Licitação exclusiva para ME, EPP e equiparados para os benefícios do Decreto Estadual nº 47.437/2018 e Lei Complementar nº 123/2006.*

**Objeto:** Aquisição materiais de combate a incêndio e pânico conforme as especificações técnicas presentes neste Termo de Referência, para requerer o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) para a Unidade Divinópolis.

**EDITAL**

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
8. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
9. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS
10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
14. DA CONTRATAÇÃO
15. DA SUBCONTRATAÇÃO
16. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
17. DO PAGAMENTO
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
19. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA FORNECIMENTO DE BENS

ANEXO DE EDITAL III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

**1. PREÂMBULO**

A Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, torna pública a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto, em sessão pública, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), visando a aquisição de material de combate a incêndio, nos termos da **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de Julho de 2002 e da **Lei Estadual nº 14.167**, de 10 de Janeiro de 2002 e do **Decreto Estadual nº 48.012**, de 22 de julho de 2020.

Este pregão será amparado pela **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 e pelas **Leis Estaduais nº 13.994**, de 18 de setembro de 2001, nº 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos **Decretos Estaduais nº 45.902**, de 27 de janeiro de 2012, nº 47.437, 26 de junho de 2018, nº Decreto 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº 37.924, de 16 de maio de 1996, Decreto Estadual 48.046/2020, pelas **Resoluções SEPLAG nº 13**, de 07 de fevereiro de 2014 e nº 93, de 28 novembro de 2018, pelas **Resoluções Conjuntas SEPLAG / SEF nº 3.458**, de 22 de julho de 2003 e nº 8.898 de 14 de junho 2013, pela **Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576**, de 6 de julho 2016, aplicando-se subsidiariamente, a **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

- 1.1. O pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados na Portaria/UEMG nº. 013, de 17 de fevereiro de 2021.
  - 1.1.1. A sessão de pregão terá início no **dia 01 de julho de 2021, às 10:00 horas**. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.
- 1.2. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).
2. **OBJETO**
  - 2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de combate a incêndio, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.
  - 2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I- Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.
3. **DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
  - 3.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>.
    - 3.1.1. Os pedidos de esclarecimento e registros de impugnação serão realizados, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail ([laila.meireles@uemg.br](mailto:laila.meireles@uemg.br) / [fabiana.ferreira@uemg.br](mailto:fabiana.ferreira@uemg.br) / [bruno.salles@uemg.br](mailto:bruno.salles@uemg.br)) observado o prazo previsto no item 3.1.
    - 3.1.2. É obrigação do autor do pedido de esclarecimento ou do registro de impugnação informar à UEMG a indisponibilidade do sistema.
  - 3.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão "Esclarecimentos/Impugnação").
    - 3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).
    - 3.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.
    - 3.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.
    - 3.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para "concluída".
  - 3.3. O pregoeiro responderá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
  - 3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
  - 3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
    - 3.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
  - 3.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
  - 3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
  - 3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.
  - 3.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.
  - 3.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

**4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF.
  - 4.1.1. A participação da presente licitação é limitada a licitantes ME, EPP, e equiparados para os benefícios do Decreto Estadual nº 47.437/2018 e Lei Complementar nº 123/2006 enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018;
    - 4.1.1.1. Para fins de comprovação do porte do fornecedor deverá ser observado o disposto no item 5.6 deste edital.
- 4.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 4.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:
  - 4.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
  - 4.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
  - 4.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
  - 4.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
  - 4.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 4.4. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas que:
  - 4.4.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
  - 4.4.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - 4.4.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - 4.4.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

- 4.4.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar como Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 4.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;
- 4.4.7. Estiverem incluídas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 4.5. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.
- 4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.6.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 4.6.1, que, para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento (s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.
- 4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.7. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do anexo III do Edital:
- 4.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;
- 4.7.2. que está ciente das condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.7.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.7.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. **DO CREDENCIAMENTO**
- 5.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.
- 5.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.
- 5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 5.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.
- 5.5. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: [cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br](mailto:cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br), com horário de atendimento de Segunda-feira à Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.
- 5.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 5.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.
- 5.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.
6. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e à documentação de habilitação deverão ser anexados no sistema, por upload, separadamente em campos próprios.
- 6.1.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e os documentos de habilitação deverão ser assinados eletronicamente.
- 6.1.1.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail [comprascentrais@planejamento.mg.gov.br](mailto:comprascentrais@planejamento.mg.gov.br). A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.
- 6.1.2. As orientações para cadastro de proposta e envio dos documentos de habilitação encontram-se detalhadas no Manual Pregão Eletrônico - Decreto nº 48.012/2020 acessível pelo [Portal de Compras](http://www.compras.mg.gov.br).
- 6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.
- 6.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.
- 6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.10. O prazo de validade da proposta será de , no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.
7. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 7.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos abaixo, bem como, realizar o upload sua proposta comercial, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.
- 7.1.1. Valor unitário e total do item;
- 7.1.2. Marca;
- 7.1.3. Modelo;
- 7.1.4. Anexar em PDF arquivo referente à Proposta Comercial contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes presentes no Anexo I- Termo de Referência;
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.
- 7.3.1. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.
- 7.4. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais que forem isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 43.080, de 2002, deverão informar na proposta, conforme anexo presente no Portal de Compras, os valores com e sem ICMS que serão classificados conforme itens abaixo.
- 7.4.1. Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, as informações relativas ao produto e ao preço resultante da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003, alterada pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 4.670, de 5 de junho de 2014.
- 7.4.2. A classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços e a homologação serão realizados a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.
- 7.4.3. Os fornecedores mineiros não optantes pelo Simples Nacional farão suas propostas conforme as disposições contidas nos subitens 7.4.1. e 7.4.2.
- 7.4.4. O disposto nos subitens 7.4.1. e 7.4.2 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.
- 7.4.5. Os fornecedores mineiros de que trata o subitem 7.4.4 deverão anexar às suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
- 7.4.6. O fornecedor mineiro isento de ICMS, caso seja vencedor, deverá enviar, quando solicitado pelo Pregoeiro, via chat, após a negociação, sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, informando na proposta, além do preço resultante da dedução do ICMS, o preço com ICMS.
8. **DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO**
- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 8.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exige a Administração a verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para o lote único.
- 8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.
- 8.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote;
- 8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 300,00 (trezentos reais)
- 8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da etapa competitiva.
- 8.10. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive em lances intermediários.
- 8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.12. Encerrada a fase competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do subitem 7.9., o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18. **Do empate ficto**
- 8.18.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei

Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

- 8.18.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.18.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.18.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.18.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19. **Do empate real**
- 8.19.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.19.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.19.2.1. no país;
- 8.19.2.2. por empresas brasileiras;
- 8.19.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.19.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.19.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.22. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 8.22.1. O critério de julgamento será o de menor preço ofertado para o lote, apurado de acordo com o Anexo II - Proposta Comercial.
- 8.22.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.
- 8.22.2.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.
- 8.22.2.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.22.2.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.22.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.22.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.22.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.22.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.22.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.22.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.22.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.22.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.22.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
9. **DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS**
- 9.1. Não haverá apresentação de amostras no presente certame.
10. **DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**
- 10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;
- b) CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portalcompras/fornecedoresimpedidoscon.do>;
- c) Lista de Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 10.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.
- 10.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.
- 10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até (2) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas;
- 10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro da proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.
- 10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.
- 10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 10.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.
- 10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.6. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
- 10.7. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**
- 10.7.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes no Anexo II- Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo III - Modelos de Declarações.
- 10.7.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.
- 10.7.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 10.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;
- 10.7.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 10.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 10.7.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 10.7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 10.8. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**
- 10.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda -CNPJ;
- 10.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 10.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;
- 10.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
- 10.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser emitida pelo site [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br).
- 10.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
- 10.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.
- 10.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.9. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 10.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;
- 10.10. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**
- 10.10.1. Não serão exigidos atestados de capacidade técnica de fornecimento dos itens deste processo.
- 10.11. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**
- 10.11.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá utilizá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.
- 10.11.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.
- 10.11.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <http://www.compras.mg.gov.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.

- 10.11.2.1. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.
- 10.11.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.
- 10.11.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 10.11.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;
- 10.11.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;
- 10.11.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ(MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 10.11.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.
- 10.11.5. Aos beneficiários listados no item 5.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.
- 10.11.5.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 10.11.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote (único) e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) para a retomada da sessão de pregão do lote (único).
- 11. DOS RECURSOS**
- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail [fabiana.ferreira@uemg.br](mailto:fabiana.ferreira@uemg.br) / [laila.meireles@uemg.br](mailto:laila.meireles@uemg.br) / [bruno.salles@uemg.br](mailto:bruno.salles@uemg.br), e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observado o prazo previsto no item 11.1.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 12.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 13.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).
- 13.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14. DA CONTRATAÇÃO**
- 14.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, de acordo com o art. 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 14.1.1. O instrumento contratual será substituído por nota de empenho e autorização de fornecimento emitidas pelo Portal de Compras/MG. Então, não se aplica contrato, uma vez que a entrega será única e integral, considerada aquela com prazo inferior a 30 dias e que não gere obrigação futura.
- 14.1.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente.
- 14.1.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 14.1.3.1. Feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, o licitante deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 48, §2º do Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020.
- 14.2. O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que se dará através do sistema do Portal de Compras - <http://www.compras.mg.gov.br/>.
- 14.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 15. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 15.1 É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado.
- 16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**
- 16.1. Não haverá exigência de garantia financeira da execução para o presente certame.
- 17. DO PAGAMENTO**
- 17.1. Para os Órgãos/Entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais, o pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.
- 17.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.
- 17.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional daNF-e.
- 17.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.
- 17.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.
- 17.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.
- 17.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.
- 17.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.
- 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 18.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.1.1. Advertência por escrito;
- 18.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração;
- 18.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois)anos;
- 18.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- 18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 18.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 18.1.1, 18.1.3, 18.1.4 e 18.1.5.
- 18.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.
- 18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.
- 18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 18.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 18.7. As sanções relacionadas nos itens 18.1.3 a 18.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual –CAFIMP e no CAGEF.
- 18.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:
- 18.8.1. Retardarem a execução do objeto;
- 18.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;
- 18.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 18.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.
- 18.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.
- 19. DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 19.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 19.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 19.3. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.
- 19.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.
- 19.5. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 19.6. Os órgãos e entidades contratantes pertencentes ao Poder Executivo Estadual, dependentes de recursos do Tesouro Estadual, deverão observar o disposto na Resolução SEPLAG nº 13, de 2014.

- 19.7. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 19.8. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
- 19.9. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

LAVINIA ROSA RODRIGUES

REITORA - UEMG

## ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
31/03/2021	Universidade do Estado de Minas Gerais	23500031

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA
Nome: Hiberlaldo Júnior Batista de Assis E-mail: hiberlaldo.assis@uemg.br Ramal para contato: (37) 3229 3500	Setor de Infraestrutura – Unidade Divinópolis

## 1.OBJETO:

O presente termo de referência tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de materiais de PCIP (Projeto de Combate a Incêndio e Pânico), conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

## 1.1 Especificações do Objeto:

1.1.1 Constitui objeto do presente processo a aquisição materiais de combate a incêndio e pânico conforme as especificações técnicas presentes neste Termo de Referência, para requerer o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) para a Unidade Divinópolis.

1.1.2 O item 3 da tabela a seguir, objetos deste Termo de Referência, devem ser fabricados conforme a ABNT NBR 15808:2010, que dispõe sobre os requisitos que garantem a segurança, confiabilidade e desempenho dos extintores de incêndio portáteis do tipo recarregável e descartável.

ITEM	CÓDIGO SIAD	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS
1	001634410	204	Un.	LUMINARIA DE EMERGENCIA - MATERIA PRIMA: PLASTICO RESISTENTE; NUMERO DE LAMPADAS: 30 LEDS; ALIMENTACAO: 100 A 240 VAC - BIVOLT; TENSAO: 127/220V; FUNCAO: SUPRIR ILUMINACAO EM QUEDA DE ENERGIA; AUTONOMIA: 6 H FLUXO MINIMO E 3H FLUXO MAXIMO;
2	001804243	1	Un.	LUMINARIA DE EMERGENCIA - MATERIA PRIMA: CORPO EM PLASTICO E LENTE DE ACRILICO; NUMERO DE LAMPADAS: 2 FAROIS LED COM 1200 LUMENS; ALIMENTACAO: BATERIA DE LITIO; TENSAO: BIVOLT AUTOMATICO; FUNCAO: SUPRIR ILUMINACAO EM QUEDA DE ENERGIA; AUTONOMIA: MINIMO DE 03 HORAS
3	000123390	70	Un.	EXTINTOR DE INCENDIO - TIPO: PO QUIMICO, CLASSE ABC; CAPACIDADE CARGA: 6KG - CAPACIDADE EXTINTORA 4A:40-BC; MODELO: PORTATIL;
4	001625411	15	Un.	SUPORTE PARA EXTINTOR DE INCENDIO - TIPO: L PARAFUSAVEL NA PAREDE; COMPATIBILIDADE: AP 10 LITROS/ COZ 6KG/ PO QUIMICO 6KG; MATERIA-PRIMA: ACO INOXIDAVEL; ACABAMENTO: CROMADO.
5	001642880	1	Un.	CENTRAL DE DETECCAO E ALARME DE INCENDIO
6	001712411	3	Un.	ACIONADOR ALARME DE INCENDIO - TIPO: CONVENCIONAL, MANUAL E REARMAVEL; TENSAO: 10 - 30 VDC
7	001580140	3	Un.	SIRENE PARA CENTRAL DE ALARME - PRESSAO SONORA: 115DB; CONSUMO: MAXIMO DE 300 MA; ALIMENTACAO: 24V;
8	001492985	10	Un.	HIDRANTE - TIPO: COLUNA; VERSAO: DTC - 218;
9	000519049	15	Un.	ABRIGO PARA MANGUEIRA DE INCENDIO - MATERIA PRIMA: ACO; FORMATO: RETANGULAR; DIMENSOES: 90CM X 60CM X 17CM ( C X L X P); TIPO: SOBREPOR;
10	000490431	5	Un.	VALVULA DO HIDRANTE - TIPO: DO TIPO ANGULAR DE 45 GRAUS; FINALIDADE: CONTROLE LINHA MANGUEIRA SISTEMA COMBATE INCENDIO; MATERIA PRIMA: BRONZE; CONEXAO DE ENTRADA: 2 1/2 POLEGADAS, ROSCA FEMEA; CONEXAO DE SAIDA: 2 1/2 POLEGADAS. ROSCA MACHO; PRESSAO DE TRABALHO: 7,0 KGF/CM QUADRADO; TESTE HIDROSTATICO: 12,3 KGF/CM QUADRADO;
11	000314773	5	Un.	ADAPTADOR MANGUEIRA/EQUIPAMENTO COMBATE INCENDIO - TIPO DE ADAPTADOR: REDUCAO STORZ; TIPO ROSCA: FEMEA; DIAMETRO DA MANGUEIRA: 2,5 POLEGADAS PARA 1,5 POLEGADAS; FIO DE ROSCA: 5 FIOS;
12	000756652	12	15 metros	MANGUEIRA DE COMBATE A INCENDIO - BITOLA: 1 1/2 POL; MATERIA-PRIMA: POLIESTER, INTERIOR BORRACHA VULCANIZADA AO TECIDO; APLICACAO: PREDIO; TIPO: 01; ENGATE: METALICO DO TIPO STORZ; SELO: DO INMETRO; CONFECCAO MATERIAL: CONFORME NORMA NBR 11861 (EB2161);
13		4	20 metros	
14	001718290	5	Un.	ESGUICHO PARA MANGUEIRA COMBATE A INCENDIO - MATERIA-PRIMA: AÇO; TIPO: REGULAVEL; ESPESSURA: 2 1/2 POLEGADA;
15	000478903	5	Un.	CHAVE STORZ PARA MANGUEIRA DE INCENDIO - MATERIA PRIMA: LATAO; MEDIDA: 20CM; APLICACAO: PARA MANGUEIRA DE 1 1/2" E 2 1/2";
16	001712411	2	Un.	ACIONADOR ALARME DE INCENDIO - TIPO: CONVENCIONAL, MANUAL E REARMAVEL; TENSAO: 10 - 30 VDC;
17	001475266	1	Un.	BOMBA HIDRAULICA - CAPACIDADE: 17000 LITROS POR HORA; BITOLA CABO: 1 1/4 DE SUCCAO; MODELO: HORIZONTAL/5 CV. 220 VOLTS;
18	001414461	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 15CM TRIANGULAR; SIGNIFICADO: CUIDADO, RISCO DE INCENDIO - A2; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: AMARELO;
19	001803883	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC, COM 1MM DE ESPESSURA, ATOXICO E NAO RADIOATIVO; DIMENSOES: 300 X 300 MM; SIGNIFICADO: RISCO DE EXPLOSAO; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: AMARELO;
20	001229982	26	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: INDICA SENTIDO DIREITA DE UMA SAIDA DE EMERGENCIA; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;
21	001229990	26	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: INDICA SENTIDO ESQUERDA DE UMA SAIDA DE EMERGENCIA; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;
22	000443433	148	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 30CM X 15CM; SIGNIFICADO: SAIDA DE EMERGENCIA, LETRA "S3"; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE
23	001414364	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 40CM X 20CM; SIGNIFICADO: INDICACAO SENTIDO SAIDA DESCENDO A DIREITA - S6; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;
24	001414372	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 40CM X 20CM; SIGNIFICADO: INDICACAO SENTIDO SAIDA DESCENDO A ESQUERDA - S7; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;
25	001326309	2	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: DIREITA DESCENDO; LETRA S-8; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;
26	001326350	2	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: ESQUERDA DESCENDO; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; LETRA "S-9"; COR DE FUNDO: VERDE;
27	001796569	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 252 X 126MM; SIGNIFICADO: SAIDA DE EMERGENCIA ESCADA SUBINDO ESQUERDA - S10; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;
28	001230000	43	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: INDICA SAIDA DE EMERGENCIA, COM A MENSAGEM SAIDA; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;
29	001491202	2	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO-TIPO PVC; DIMENSOES: 30CM X 30CM; SIGNIFICADO: COMANDO MANUAL DE BOMBA DE INCENDIO-E3; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERMELHA;
30	001275976	68	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 30CM X 30CM; SIGNIFICADO: INDICA LOCALIZACAO DE EXTINTOR DE INCENDIO; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERMELHO;
31	001387235	4	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: MATERIAL PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 30CM X 30CM; SIGNIFICADO: ABRIGO DE MANGUEIRA E HIDRANTE - E8; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERMELHA;
32	001762060	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: VINIL ADESIVO SINTETICO ; DIMENSOES: 70CM VERMELHO E LATERAIS 15CM AMARELO; SIGNIFICADO: SINALIZACAO DE SOLO PARA EXTINTOR E HIDRANTE; PICTOGRAMA: QUADRADO VERMELHO COM BORDAS LATERAIS AMARELAS; COR DE FUNDO: VERMELHO NO CENTRO E AMARELO NAS LATERAIS;
33	001414437	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 15CM DE DIAMETRO; SIGNIFICADO: PROIBIDO FUMAR - P1; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: BRANCO;
34	001387308	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: MATERIAL PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 25,2CM X 12,6CM; SIGNIFICADO: PROIBIDO UTILIZAR ELEVADOR EM CASO INCENDIO - P4; PICTOGRAMA: ELEVADOR E CHAMA NA COR PRETA; COR DE FUNDO: BRANCA;
35	001600168	1	Un.	SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 60 CM X 30 CM; SIGNIFICADO: INDICACAO LOTACAO MAXIMA ADMITIDA; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE

## 2.JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O setor de Infraestrutura da Unidade Divinópolis é responsável pelo fornecimento de materiais de consumo e permanentes para todos os setores desta Unidade.

2.2 Os materiais supracitados são requisitos para a implantação do Projeto de Combate à Incêndio e Pânico (PCIP), que por sua vez, é exigido para a liberação Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), o que garante, no caso da ocorrência de algum sinistro, a segurança de todos os componentes da comunidade acadêmica. A falta destes equipamentos pode impedir o combate aos sinistros em seu momento inicial, quando há maior chance de evitar um desastre, e ainda, dificultar a ação do Corpo de Bombeiros no combate ao sinistro já instaurado.

2.3 O quantitativo dos materiais, bem como as suas especificações, foram construídos de acordo com o PCIP, desenvolvido por profissional parceiro especializado, em acordo com as NBR's vigentes e com a Norma Regulamentadora (NR) 23, da Portaria 3214, do Ministério do Trabalho e Emprego, e ainda observando a realidade e a proporção do corpo físico da Unidade, bem como a intensidade do fluxo de transeuntes no dia a dia da instituição, atentando-se, não só ao combate ao sinistro mas também a sinalização das rotas de fuga e iluminação em casos de emergência, em acordo com a ABNT NBR 13434, que trata da sinalização de segurança contra incêndio e pânico.

## 3.CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, pois são produtos cuja escolha pode ser realizada tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si, serem facilmente encontrados no mercado, sendo possível estabelecer padrões de qualidade e desempenho dos objetos licitados.

## 4.DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

## 5.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Não se aplica.

## 6.DISPOSIÇÕES GERAIS:

As propostas deverão conter o preço unitário dos itens solicitados, incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto, nada mais sendo lícito pleitear a esse título, bem como indicar o CNPJ, endereço, telefone e o e-mail do licitante.

## 7.ENTREGA E FORMA DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência, na apresentação do produto, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável na Unidade Acadêmica, e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal.

7.2 O material deverá estar devidamente lacrado e identificado com o nome da empresa contratada e descrição do item, dispondo na embalagem de informações quanto às suas características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca procedência, número de referência, código do produto e modelo, e outras informações que sejam pertinentes ao material.

7.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a conferência das notas com o material entregue na Unidade acadêmica, se em adequação com o Termo de Referência, obedecendo aos prazos da Lei Federal nº 8.666/93.5.

7.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7 O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

## 8.LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1 O material deverá ser entregue até trinta (30) dias após o recebimento da Autorização de fornecimento e Nota de empenho. A entrega deverá ocorrer entre às 08:00 e às 17:00, de segunda a sexta-feira, contando com a presença de pelo menos um dos servidores do setor de Infraestrutura da Unidade, tendo como local de entrega o descrito abaixo:

Unidade UEMG	Endereço	Contato
Divinópolis	Av. Paraná, 3001 - Jardim Belvedere I, Divinópolis - MG CEP 35501-170	Daniel Schneider Martins (51) 98180 4424 Hiberaldo Assis (37) 98809 0214

8.2 A entrega deverá ser de forma ÚNICA, obedecendo: local de entrega, especificações e quantitativo descrito neste termo de referência.

## 9.DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

9.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## 10. DO CONTRATO

O instrumento contratual será substituído por nota de empenho emitida pelo Portal de Compras/MG, uma vez que a entrega será única e integral, considerada aquela com prazo inferior a 30 dias que não gera obrigação futura.

## 11.DAS GARANTIAS:

11.1 Garantia financeira da execução: Não será exigida garantia financeira da execução para este objeto.

11.2 Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional:

11.2.1 Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de 30 dias (produtos não-duráveis) ou 90 dias (produtos duráveis), sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do termo de recebimento definitivo.

11.3 Os trinta (30) dias iniciais do período de garantia serão considerados como período de funcionamento experimental. Durante o período de funcionamento experimental, caso o material apresente falha de uso, deverá ser substituído por outro completamente novo e com as mesmas características deste. Nesse caso, dar-se-á início aos procedimentos e prazos estabelecidos nas condições de recebimento;

11.4 Todos os componentes destinados à reparação do produto em manutenção deverão ser novos, com prazo de validade e boas condições para uso.

## 12.PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

12.1 Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do art. 67 da Lei nº 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2 Será designado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, como representante da Administração, um (a) servidor (a) da Unidade Divinópolis, cujo nome será repassado após a conclusão do processo licitatório.

12.3 Será designado como fiscal de processo de compras o Professor Tiago de Moraes Faria Novais, MASP 1381651-7.

12.4 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

12.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

12.6 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

12.7 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012

12.8 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

12.9 Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

12.10 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 13.OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

### 13.1 Da Contratada

13.1.1 A entrega do material deverá ser em perfeitas condições, no prazo e local indicado, em estrita observância da especificação no processo de aquisição e proposta, acompanhada das respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência.

13.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);

13.1.3 Responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 dias, o produto com avaria ou defeito;

13.1.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração da UEMG, inerentes ao objeto do presente processo;

13.1.6 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, ou os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.7 Manter, durante todo o período de entrega, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de aquisição;

13.1.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que estiver obrigado, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

13.1.9 Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais;

13.1.10 Emir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento;

13.1.11 Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;

13.1.12 Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;

13.1.13 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência;

13.1.14 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.15 Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado;

13.1.16 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

13.1.17 Adotar práticas de sustentabilidade ambientalmente adequadas que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente.

### 13.2 Da Contratante/Demandante:

13.2.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário, desde que seja previamente agendado com o setor administrativo da Unidade.

13.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

13.2.3 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na entrega do objeto, a UEMG notificará a CONTRATADA/EMPRESA VENCEDORA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

13.2.4 A CONTRATANTE/DEMANDANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo, o material adquirido na contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência e Proposta Comercial da CONTRATADA/EMPRESA VENCEDORA.

13.2.5 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

13.2.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

13.2.7 Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

13.2.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 14 . DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no do Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.1.1 Advertência por escrito;

14.1.2 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração;

14.1.3 Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois)anos;

14.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

14.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

14.2 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 14.1.1, 14.1.3, 14.1.4 e 14.1.5.

14.3 A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

14.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

14.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.5.1 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

14.6 A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

14.7 As sanções relacionadas nos itens 14.1.3 a 14.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual –CAFIMP e no CAGEF.

14.8 As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

14.8.1 Retardarem a execução do objeto;

14.8.2 Comportar-se de modo inidôneo;

14.8.2.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

14.8.3 Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

14.9 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

#### ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ITEM		CÓDIGO SIAD	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	001634410	204	Un.		LUMINARIA DE EMERGENCIA - MATERIA PRIMA: PLASTICO RESISTENTE; NUMERO DE LAMPADAS: 30 LEDS; ALIMENTACAO: 100 A 240 VAC - BIVOLT; TENSÃO: 127/220V; FUNCAO: SUPRIR ILUMINACAO EM QUEDA DE ENERGIA; AUTONOMIA: 6 H FLUXO MINIMO E 3H FLUXO MAXIMO;		
2	001804243	1	Un.		LUMINARIA DE EMERGENCIA - MATERIA PRIMA: CORPO EM PLASTICO E LENTE DE ACRILICO; NUMERO DE LAMPADAS: 2 FAROIS LED COM 1200 LUMENS; ALIMENTACAO: BATERIA DE LITIO; TENSÃO: BIVOLT AUTOMATICO; FUNCAO: SUPRIR ILUMINACAO EM QUEDA DE ENERGIA; AUTONOMIA: MINIMO DE 03 HORAS		
3	000123390	70	Un.		EXTINTOR DE INCENDIO - TIPO: PO QUIMICO, CLASSE ABC; CAPACIDADE CARGA: 6KG - CAPACIDADE EXTINTORA 4A:40-BC; MODELO: PORTATIL;		
4	001625411	15	Un.		SUPORTE PARA EXTINTOR DE INCENDIO - TIPO: L PARAFUSAVEL NA PAREDE; COMPATIBILIDADE: AP 10 LITROS/ CO2 6KG/ PO QUIMICO 6KG; MATERIA-PRIMA: ACO INOXIDAVEL; ACABAMENTO: CROMADO.		
5	001642880	1	Un.		CENTRAL DE DETECCAO E ALARME DE INCENDIO		
6	001712411	3	Un.		ACIONADOR ALARME DE INCENDIO - TIPO: CONVENCIONAL, MANUAL E REARMAVEL; TENSÃO: 10 - 30 VDC		
7	001580140	3	Un.		SIRENE PARA CENTRAL DE ALARME - PRESSAO SONORA: 115DB; CONSUMO: MAXIMO DE 300 MA; ALIMENTACAO: 24V;		
8	001492985	10	Un.		HIDRANTE - TIPO: COLUNA; VERSAO: DTC - 218;		
9	000519049	15	Un.		ABRIGO PARA MANGUEIRA DE INCENDIO - MATERIA PRIMA: ACO; FORMATO: RETANGULAR; DIMENSOES: 90CM X 60CM X 17CM ( C X L X P); TIPO: SOBREPOR;		
10	000490431	5	Un.		VALVULA DO HIDRANTE - TIPO: DO TIPO ANGULAR DE 45 GRAUS; FINALIDADE: CONTROLE LINHA MANGUEIRA SISTEMA COMBATE INCENDIO; MATERIA PRIMA: BRONZE; CONEXAO DE ENTRADA: 2 1/2 POLEGADAS, ROSCA FEMEA; CONEXAO DE SAIDA: 2 1/2 POLEGADAS. ROSCA MACHO; PRESSAO DE TRABALHO: 7,0 KGF/CM QUADRADO; TESTE HIDROSTATICO: 12,3 KGF/CM QUADRADO;		
11	000314773	5	Un.		ADAPTADOR MANGUEIRA/EQUIPAMENTO COMBATE INCENDIO - TIPO DE ADAPTADOR: REDUCAO STORZ; TIPO ROSCA: FEMEA; DIAMETRO DA MANGUEIRA: 2,5 POLEGADAS PARA 1,5 POLEGADAS; FIO DE ROSCA: 5 FIOS;		
12	000756652	12	15 metros		MANGUEIRA DE COMBATE A INCENDIO - BITOLA: 1 1/2 POL; MATERIA-PRIMA: POLIESTER, INTERIOR BORRACHA VULCANIZADA AO TECIDO; APLICACAO: PREDIO; TIPO: 01; ENGATE: METALICO DO TIPO STORZ; SELO: DO INMETRO; CONFECCAO MATERIAL: CONFORME NORMA NBR 11861 (EB2161);		
13	001718290	5	Un.		ESGUICHO PARA MANGUEIRA COMBATE A INCENDIO - MATERIA-PRIMA: AÇO; TIPO: REGULAVEL; ESPESSURA: 2 1/2 POLEGADA;		
14	000478903	5	Un.		CHAVE STORZ PARA MANGUEIRA DE INCENDIO - MATERIA PRIMA: LATAO; MEDIDA: 20CM; APLICACAO: PARA MANGUEIRA DE 1 1/2" E 2 1/2";		
15	001712411	2	Un.		ACIONADOR ALARME DE INCENDIO - TIPO: CONVENCIONAL, MANUAL E REARMAVEL; TENSÃO: 10 - 30 VDC;		
16	001475266	1	Un.		BOMBA HIDRAULICA - CAPACIDADE: 17000 LITROS POR HORA; BITOLA CABO: 1 1/4 DE SUCCAO; MODELO: HORIZONTAL/5 CV. 220 VOLTS;		
17	001414461	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 15CM TRIANGULAR; SIGNIFICADO: CUIDADO, RISCO DE INCENDIO - A2; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: AMARELO;		
18	001803883	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC, COM 1MM DE ESPESSURA, ATOXICO E NAO RADIOATIVO; DIMENSOES: 300 X 300 MM; SIGNIFICADO: RISCO DE EXPLOSAO; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: AMARELO;		
19	001229982	26	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: INDICA SENTIDO DIREITA DE UMA SAIDA DE EMERGENCIA; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;		
20	001229990	26	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: INDICA SENTIDO ESQUERDA DE UMA SAIDA DE EMERGENCIA; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;		
21	000443433	148	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 30CM X 15CM; SIGNIFICADO: SAIDA DE EMERGENCIA, LETRA "S3"; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE		
22	001414364	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 40CM X 20CM; SIGNIFICADO: INDICACAO SENTIDO SAIDA DESCENDO A DIREITA - S6; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;		
23	001414372	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 40CM X 20CM; SIGNIFICADO: INDICACAO SENTIDO SAIDA DESCENDO A ESQUERDA - S7; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;		
24	001326309	2	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: DIREITA DESCENDO; LETRA S-8; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;		
25	001326350	2	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: ESQUERDA DESCENDO; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; LETRA "S-9"; COR DE FUNDO: VERDE;		
26	001796569	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 252 X 126MM; SIGNIFICADO: SAIDA DE EMERGENCIA ESCADA SUBINDO ESQUERDA - S10; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;		
27	001230000	43	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 14X24CM; SIGNIFICADO: INDICA SAIDA DE EMERGENCIA, COM A MENSAGEM SAIDA; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE;		
28	001491202	2	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO-TIPO PVC; DIMENSOES: 30CM X 30CM; SIGNIFICADO: COMANDO MANUAL DE BOMBA DE INCENDIO-E3; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERMELHA;		
29	001275976	68	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PVC; DIMENSOES: 30CM X 30CM; SIGNIFICADO: INDICA LOCALIZACAO DE EXTINTOR DE INCENDIO; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERMELHO;		
30	001387235	4	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: MATERIAL PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 30CM X 30CM; SIGNIFICADO: ABRIGO DE MANGUEIRA E HIDRANTE - E8; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERMELHA;		
31	001762060	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: VINIL ADESIVO SINTETICO ; DIMENSOES: 70CM VERMELHO E LATERAIS 15CM AMARELO; SIGNIFICADO: SINALIZACAO DE SOLO PARA EXTINTOR E HIDRANTE; PICTOGRAMA: QUADRADO VERMELHO COM BORDAS LATERAIS AMARELAS; COR DE FUNDO: VERMELHO NO CENTRO E AMARELO NAS LATERAIS;		
32	001414437	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 15CM DE DIAMETRO; SIGNIFICADO: PROIBIDO FUMAR - P1; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: BRANCO;		
33	001387308	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: MATERIAL PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 25,2CM X 12,6CM; SIGNIFICADO: PROIBIDO UTILIZAR ELEVADOR EM CASO INCENDIO - P4; PICTOGRAMA: ELEVADOR E CHAMA NA COR PRETA; COR DE FUNDO: BRANCA;		
34	001600168	1	Un.		SINALIZACAO DE EMERGENCIA - MATERIA-PRIMA: PLASTICO TIPO PVC; DIMENSOES: 60 CM X 30 CM; SIGNIFICADO: INDICACAO LOTACAO MAXIMA ADMITIDA; PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE; COR DE FUNDO: VERDE		
Valor Total da Proposta						Quantidade	Valor Total
						COM ICMS	
						R\$	R\$
						SEM ICMS	
Valor Total do Lote:						R\$	R\$
						R\$	R\$
Demais informações relativas ao complemento da especificação dos itens, encontram-se disponíveis no Anexo I.							
Declaro que serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I.							
Condições de pagamento						Conforme minuta do contrato	
Prazo de Validade da Proposta						(mínimo sessenta dias)	
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.							
Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.							
Data e local.							
Assinatura do Representante Legal da Empresa							

#### ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

## DECLARAÇÃO DE MENORES

A \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ declara, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Raoni Bonato da Rocha, Chefe de Gabinete**, em 16/06/2021, às 20:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lavinia Rosa Rodrigues, Reitora**, em 16/06/2021, às 22:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30917046** e o código CRC **2B7A2013**.

Referência: Processo nº 2350.01.0002952/2021-44

SEI nº 30917046

Criado por 07577671681, versão 11 por 07577671681 em 16/06/2021 11:36:43.